

TIPO 1

RETA FINAL PC/AP

Delegado de Polícia Civil do Estado do Amapá

GRUPO EDUCACIONAL RDP
RUMO POLICIAL

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAPÁ SIMULADO 01 - 2026.2

TIPO 1

SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **50 questões** objetivas, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- Você dispõe de **duas horas e meia** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- A partir de **30 minutos** antes do término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização.
- Usar o sanitário após a entrega da prova e a saída da sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira o tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados no cartão de respostas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- **Boa prova!**

SIMULADO NO ESTILO FGV!

FOLHA DE RESPOSTAS

Marque, para cada questão, apenas uma alternativa.

Nº	A	B	C	D	E
1	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
2	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
3	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
4	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
5	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
6	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
7	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
8	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
9	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
10	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
11	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
12	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
13	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
14	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
15	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
16	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
17	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
18	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
19	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
20	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
21	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
22	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
23	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
24	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
25	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E

Nº	A	B	C	D	E
26	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
27	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
28	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
29	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
30	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
31	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
32	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
33	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
34	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
35	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
36	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
37	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
38	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
39	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
40	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
41	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
42	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
43	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
44	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
45	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
46	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
47	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
48	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
49	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
50	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E

DIREITO ADMINISTRATIVO

1

Em março de 2026, servidores da educação estadual realizaram manifestação pacífica em frente à Assembleia Legislativa do Amapá, no centro de Macapá, contra projeto de lei que alterava o regime previdenciário da categoria. A Polícia Militar foi acionada para dispersar o ato e, durante a operação, Cláudio, professor da rede estadual que participava do protesto, foi atingido no rosto por projétil de elastômero disparado por um policial, o que lhe causou a perda da visão do olho esquerdo.

Cláudio ajuizou ação indenizatória contra o Estado do Amapá. Em defesa, o Estado sustentou que a simples presença de Cláudio na manifestação bastaria para presumir sua culpa exclusiva, que caberia ao autor provar que era terceiro alheio ao tumulto e que o policial autor do disparo havia sido absolvido, por insuficiência de provas, em ação penal transitada em julgado. À luz da jurisprudência do STF sobre responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado do Amapá responde objetivamente pelos danos diretamente causados pela ação policial, cabendo a ele demonstrar eventual excludente, sem que a presença de Cláudio na manifestação faça presumir a culpa exclusiva da vítima.
- (B) O Estado do Amapá responde apenas de forma subjetiva, pois o dano decorreu de falha na condução da operação de dispersão, o que exige que Cláudio comprove a culpa ou o dolo do agente estatal para que se reconheça o dever de indenizar.
- (C) O Estado do Amapá somente responde se Cláudio comprovar que não integrava a manifestação nem participava do tumulto, porque incumbe à vítima demonstrar sua condição de terceiro inocente para afastar a excludente de culpa exclusiva.
- (D) O Estado do Amapá fica exonerado do dever de indenizar em razão da absolvição criminal do policial, pois a sentença penal absolutória, ainda que fundada na insuficiência de provas, vincula o juízo cível e afasta o nexo de causalidade entre a operação e o dano.
- (E) O Estado do Amapá responde objetivamente, mas a presença de Cláudio no ato de protesto caracteriza culpa concorrente presumida, o que impõe a redução proporcional da indenização independentemente de prova de conduta ilícita da vítima.

2

Marcelo, professor do Instituto Federal do Amapá no campus de Laranjal do Jari, foi apontado por uma aluna, em 2019, por constrangê-la com o intuito de obter favorecimento sexual, prevalecendo-se da condição de docente. Foi instaurado inquérito policial pelo crime de assédio sexual, e o Instituto ajuizou, em 2020, ação de improbidade administrativa contra Marcelo, imputando-lhe a conduta do art. 11, caput e inciso I, da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), na redação então vigente.

A ação ainda tramitava, sem sentença, quando entrou em vigor a Lei nº 14.230/2021, que reformou a Lei de Improbidade Administrativa. Considerando esse caso e o regime da improbidade administrativa após a reforma, segundo a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação de improbidade que envolva dano de âmbito nacional deve ser proposta obrigatoriamente no foro do Distrito Federal, pois o art. 17, § 4º-A, da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) afastou a aplicação do microsistema processual da tutela coletiva.
- (B) A configuração do enriquecimento ilícito por acréscimo patrimonial a descoberto exige prova cabal de liame direto entre a variação patrimonial de origem ignorada e um ato específico do agente, não bastando a demonstração de relação mínima com a atividade pública.
- (C) A prorrogação do inquérito civil instaurado para apurar ato de improbidade pode ocorrer sucessivas vezes, por períodos de 365 dias, desde que por ato fundamentado, porque o prazo previsto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) tem natureza dilatatória.
- (D) A conduta de assédio sexual imputada a Marcelo deixou de configurar ato de improbidade administrativa, porque a Lei nº 14.230/2021 revogou o rol exemplificativo do art. 11, caput e incisos I e II, da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- (E) A multa civil imposta ao agente ímprobo transmite-se aos seus sucessores até o limite do valor da herança, pois a Lei nº 14.230/2021 manteve a sujeição do herdeiro a todas as cominações da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

3

O Estado do Amapá iniciou a reorganização das carreiras do serviço público estadual. No estudo preparatório, a Procuradoria-Geral do Estado examinou cinco pontos: a fixação, por lei estadual, da ajuda de custo paga aos candidatos ao cargo de delegado de polícia durante o curso de formação; a ausência, desde 1988, de lei que implemente o regime de subsídio para os delegados; a submissão dos auditores fiscais da administração tributária estadual ao subteto remuneratório; a remuneração dos professores contratados temporariamente pela rede estadual; e a criação de cargos em comissão de assessoramento no Ministério Público do Estado.

Sobre esses pontos, à luz da jurisprudência do STF a respeito dos agentes públicos e do regime dos servidores, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A lei estadual pode fixar a ajuda de custo do curso de formação de delegado abaixo de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial, já que a Lei nº 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis) não impôs a criação do benefício e deixou seu valor ao Estado.
- (B) A omissão do Estado em editar lei que implemente o regime de subsídio para os delegados de polícia configura mora legislativa inconstitucional, por violar o comando do art. 144, § 9º, da Constituição Federal, que impõe a remuneração da categoria em parcela única.
- (C) Os auditores fiscais da administração tributária estadual submetem-se ao subteto remuneratório do art. 37, XI, da Constituição Federal, porque não integram carreira de caráter nacional, situação que não foi alterada pela reforma tributária da Emenda Constitucional nº 132/2023.
- (D) O piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica aplica-se também aos professores contratados temporariamente pelo Estado, sem que a natureza jurídica do vínculo firmado com a Administração Pública autorize o pagamento de valor inferior.

- (E) A criação, no Ministério Público estadual, de cargos em comissão de assessor jurídico e de assistente de promotoria é compatível com o art. 37, V, da Constituição Federal, quando as atribuições legais revelem conteúdo típico de assessoramento e relação de confiança com os membros.

4

A Delegacia de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Civil do Amapá investiga grupo que pratica roubos de cargas em Pedra Branca do Amapari e lava os valores em empresas de fachada em Macapá. Para executar a captação ambiental e a interceptação telemática já autorizadas judicialmente, a autoridade policial representou ao Delegado-Geral pela contratação de serviços especializados e pela locação de equipamentos de rastreamento, com a advertência de que a publicidade de um certame comprometeria o sigilo da investigação.

Ao instruir o processo, a assessoria jurídica da Polícia Civil examinou as regras de contratação direta da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), inclusive as alterações de 2025 que criaram o Sistema de Compras Expressas. Considerando o texto da lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro gera para o contratado e para o agente público responsável o dever de reparar subsidiariamente o dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- (B) A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com empresas de notória especialização é hipótese de inexigibilidade, admitida inclusive para os serviços de publicidade e divulgação prestados à Administração.
- (C) A contratação de objetos que devam ou possam ser feitos por credenciamento, inclusive na hipótese de comércio eletrônico pelo Sistema de Compras Expressas, enquadra-se como dispensa de licitação, e não como inexigibilidade.
- (D) A contratação de serviços especializados ou a locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção das provas de captação ambiental e de interceptação previstas na Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) é dispensável de licitação quando houver necessidade justificada de sigilo da investigação.
- (E) A contratação direta em razão do valor será preferencialmente precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de oito dias úteis, com a especificação do objeto e a manifestação de interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

5

O Tribunal de Contas de determinado Estado, composto na forma da respectiva Constituição Estadual, passou décadas sem contar com o cargo de auditor, também chamado de conselheiro-substituto, porque a Assembleia Legislativa não deliberava sobre os projetos de lei que o criariam, apesar das reiteradas cobranças da própria Corte de Contas. Em 2025, lei estadual finalmente criou o cargo, e o concurso para provê-lo está em andamento. Em 2026, com a aposentadoria de um conselheiro que havia sido escolhido pela Assembleia Legislativa, abriu-se uma vaga no colegiado.

Instaurou-se controvérsia sobre quem deve ocupar a cadeira vaga, diante da omissão prolongada do legislador estadual e da composição ainda irregular do Tribunal. À luz da jurisprudência

do STF sobre a composição dos Tribunais de Contas estaduais, assinale a alternativa correta.

- (A) O Tribunal de Contas estadual é integrado por nove conselheiros, dos quais um terço é escolhido pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, e dois terços pela própria Assembleia, reproduzindo integralmente o modelo do Tribunal de Contas da União.
- (B) A ausência de lei estadual que crie o cargo de auditor não configura omissão inconstitucional, pois a Constituição Federal deixa à discricionariedade de cada Estado a decisão de instituir ou não a categoria dos conselheiros-substitutos em sua Corte de Contas.
- (C) A próxima vaga aberta no Tribunal, qualquer que seja sua proveniência, deve ser preenchida por auditor, diante da frustração reiterada do modelo de composição heterogênea, salvo se a cadeira estiver reservada ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- (D) A vaga reservada a auditor somente pode ser preenchida quando vagar cadeira de livre escolha do Governador, de modo que a abertura de vaga oriunda de indicação da Assembleia Legislativa preserva a competência desta para escolher o novo conselheiro.
- (E) Das três vagas de escolha do Governador, uma será preenchida dentre auditores e as outras duas por sua livre escolha, cabendo à Assembleia Legislativa indicar o conselheiro oriundo do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, além dos demais.

6

Aldemir, servidor da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá, em Macapá, obteve em março de 2019 o deferimento de vantagem remuneratória de pagamento mensal, com o primeiro pagamento creditado naquele mesmo mês. Em auditoria concluída em 2026, a Administração constatou que a vantagem havia sido concedida com erro de interpretação da lei, sem qualquer indício de má-fé do servidor, e cogitou instaurar processo para anular o ato e suspender os pagamentos.

Aldemir, por sua vez, havia sido sancionado em outro processo administrativo e pretendia recorrer da decisão e, mais tarde, pedir a sua revisão. Considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de anular os atos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, e, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo conta-se da percepção do primeiro pagamento.
- (B) O recurso administrativo, salvo disposição legal específica, deve ser interposto no prazo de quinze dias, contado da ciência ou divulgação oficial da decisão, e será dirigido à autoridade que a proferiu, a qual, se não a reconsiderar em cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (C) O recurso administrativo tem, em regra, efeito suspensivo, podendo a autoridade recorrida afastá-lo por decisão motivada quando não houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da decisão recorrida.
- (D) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa, e, se interposto perante órgão incompetente, será indicada ao